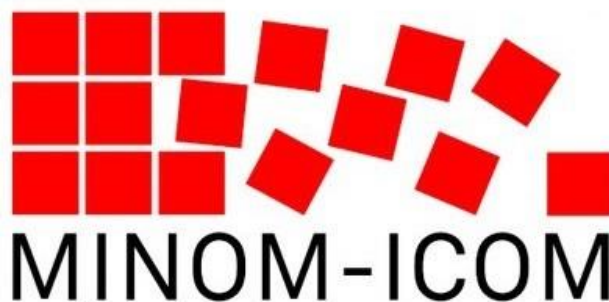


Declaração de Bogotá



XIX Conferência Internacional do MINOM

II Cátedra Latino-americana de Museologia e Gestão do Patrimônio Cultural

I Jornada Latino-americana de Museologia Social

Bogotá / Colômbia, 2018

Os Grupos de Trabalho da XIX Conferência Internacional do Movimento para uma Nova Museologia (MINOM), a II Cátedra Latino-americana de Museologia e Gestão do Patrimônio Cultural, a I Jornada Latino-americana de Museologia Social, a Rede Colombiana de Lugares de Memória, os museus comunitários convocados e as instituições governamentais que aceitaram o convite feito pelo MINOM e pelo Mestrado em Museologia e Gestão do Patrimônio, da Universidade Nacional da Colômbia, reunidos entre os dias 27 e 30 de novembro de 2018, no Arquivo Geral da Nação, subscrevem a seguinte Declaração:

Agradecemos as iniciativas dos que acreditaram nesta causa e conseguiram tornar realidade a Conferência Internacional do Movimento para uma Nova Museologia nos anos anteriores: no Rio de Janeiro (2013), em Havana (2014), em Nazaré (2016) e em Córdoba (2017). Também agradecemos aos membros que participaram da I Cátedra Latino-americana de Museologia e Gestão do Patrimônio Cultural, em 2007. Sem suas ideias, sem suas gotas de vida, não seria possível assumir a responsabilidade de dar continuidade a essa busca de novas formas de se pensar o comum, de se pensar juntxs. Alguns o chamam

Suma Qamaña; outros o chamam *Kunsamu* ou Lei Universal; outros, Lei de Origem; outros o chamam direitos fundamentais. Para esta ocasião o chamaremos Bens Comuns, o chamaremos Democracia Radical.

O museu navega nestas águas agitadas como um grande transatlântico turístico, alegremente iluminado pela fantasmagoria da arquitetura de autor e das indústrias culturais, e sua versão mais contemporânea, a economia laranja¹; ou como uma triste escuna, dominada pelo peso de suas coleções, completamente desconectada do passado ilustrado que lhe deu sentido como instituição chave da democracia moderna; ou se trata, em última análise, de uma triste canoa, cujos passageiros cantam alvoroçados os hinos originais de comunidades ancestrais, em um gesto trágico de autoconservação mumificante.

A atenção para o momento histórico exige não só que estabeleçamos uma crítica aos fundamentos políticos da institucionalidade museológica contemporânea, mas também que reafirmemos seus relacionamentos com os contextos sociais com os quais deve se comprometer por origem, trajetória institucional e destino.

Para a redação deste documento, reúnem-se não apenas membros ativos da Museologia Social, mas um grupo que nasceu no anonimato e que nele vive lutando dia a dia contra a morte e o marasmo. Esta declaração é um passo além, uma mensagem de esperança para aqueles que perderam o horizonte entre as mudanças bruscas que estamos enfrentando diante de uma nova onda individualista, produto das crises políticas que afrontam as nações do mundo, e que querem para uns poucos o que pertence a todos, como a liberdade, a paz, as identidades, os territórios, as memórias, a igualdade na diferença, as economias, as culturas, os patrimônios, o passado, o presente e o futuro.

¹ A expressão foi proposta por Felipe Buitrago e Iván Duque em uma pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) intitulada “La economía naranja: una oportunidad infinita”. Disponível em: < <http://abraosc.org.br/wp-content/uploads/2016/05/La-economia-naranja-Una-oportunidad-infinita.pdf> >. (N.T.)

Para a XIX Conferência Internacional do MINOM foram convocadas três correntes conceituais: a Museologia Social, os estudos de acessibilidade cultural e o paradigma da teoria dos bens comuns com a dupla finalidade de ativar a tradição mais radical do pensamento museológico e de explorar novas conceitualizações de museu que permitam dar conta dos grandes desafios que este tipo de instituição cultural tem frente ao fortalecimento cínico do autoritarismo, do pensamento antidemocrático e de todas as formas destrutivas de exploração econômica do patrimônio cultural.

Profissionais de museus, patrimônio e memória; artistas, acadêmicxs e estudantes; povos sem-terra, sociedade civil, povos indígenas e populações negras; vítimas de violência, comunidades LGBTI, despejadxs, sindicatos, camponesxs e membros não-conformes dos governos da América Latina e do mundo, xs convidamos a abrir seus sentidos a estas palavras.

Considerações

A museologia que não serve para a vida, não serve para nada.

Nos museus e nas políticas públicas, os princípios da democracia e da justiça cognitiva devem estar presentes.

Que as agendas dos museus e das políticas culturais sejam inclusivas e desenvolvidas a partir de um pensamento crítico.

Na diversidade cultural dos territórios existe uma infinidade de identidades, comunidades e relações de trocas que não se enquadram nos processos de globalização econômica.

Os museus nascem das necessidades e sonhos de sua gente, constituindo-se a partir dos saberes próprios das comunidades. Os processos museológicos devem ser desenvolvidos tendo-se em conta os saberes e a participação das comunidades.

As narrativas construídas pelos museus são ferramentas políticas, podendo servir como exercícios de memória que multipliquem as verdades históricas e deem voz para aqueles que a tenham perdido. Os direitos à memória devem ser preservados como direitos legítimos que não podem estar subordinados a interesses governamentais passageiros.

A guerra nos afeta a todos, mas não a todos por igual. Nesse sentido, o Estado deve assumir as responsabilidades frente às vítimas, sejam elas de violência sexual, de gênero, intrafamiliar, racial, étnica e de classe.

A Museologia Social reconhece os comuns como práticas, legados, espaços, saberes e costumes diversos que se articulam com os direitos das pessoas.

Os trabalhadores de museus devem se guiar por princípios éticos na formulação de programas, processos e elaboração de conteúdos.

O gasto estatal deve privilegiar o investimento em educação e cultura.

Compromissos

Promover o diálogo e o trabalho entre a Museologia Social, os estudos de inclusão cultural e o paradigma dos bens comuns com o objetivo de configurar uma museologia de libertação em todos os âmbitos do pensamento e da prática museológica.

Opor-se aos ataques contra os comuns que, por meio de políticas austericidas, afetam especialmente esferas como a da educação e da cultura, incidindo de forma devastadora na vida comunitária.

Revitalizar ações que estimulem os comuns, a participação e a democracia cultural.

Diante das formas destrutivas e desgastantes da cultura é hora de se cultivar políticas culturais que cuidem do comum e, ao mesmo tempo, promovam espaços de proximidade e

acesso radical aos bens comuns.

Compreender que fazemos parte do comum e que precisamos de uma definição aplicável a nós próprios.

Opor-se às políticas públicas culturais que – como na Argentina, Brasil, Colômbia e Chile – hoje buscam impor, em meio à institucionalidade museológica, versões unívocas, monológicas, sectárias e negacionistas de memória história. Neste contexto, rechaçamos a nomeação de Vicente Torrijos Rivera², ou de qualquer outro agente com perfil similar, como diretor do Centro Nacional de Memória Histórica, em virtude de seu compromisso ideológico com as narrativas históricas da força pública que bloqueiam, de forma evidente, as oportunidades de enunciação da memória por parte dos grupos sociais vitimizados.

Neste mesmo contexto, pronunciar-se radicalmente a favor da continuação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), da Política Nacional de Museus e do Ministério da Cultura do Brasil³.

Rechaçar, a partir do ponto de vista da Museologia Social, as dinâmicas derivadas das economias criativas de cercamento das práticas e saberes coletivos que geram maior desigualdade, maior segregação, maior precariedade e maior invisibilidade das comunidades.

Trabalhar a favor da construção de políticas públicas inclusivas de cultura, patrimônio e memória, defensoras e promotoras dos bens comuns.

Valorizar e difundir o pensamento museológico latino-americano com vistas ao enfrentamento dos processos de invisibilização a que está submetido.

² Analista político colombiano de centro-direita. (N.T.)

³ N.T.: O Ministério da Cultura – MinC foi oficialmente extinto por meio da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que reformou administrativamente o governo então recém-empossado de Jair Messias Bolsonaro. Suas funções, junto com as dos ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social, no entanto, tinham sido absorvidas pelo Ministério da Cidadania durante o governo de transição, em novembro do ano anterior. Atualmente, as funções e instituições do antigo MinC encontram-se no Ministério do Turismo.

Estando próximo das comemorações dos 50 anos da Declaração da Mesa de Santiago do Chile, de 1972, é um momento propício para convidar o movimento museológico latino-americano a reivindicar e retomar os valiosos aportes que ali se afirmaram em diálogo construtivo com os debates contemporâneos da Nova Museologia e da Museologia Social.

Estimular a formação e a discussão da Museologia Social e dos bens comuns nos museus.

Comitê redator

Mario Chagas – Presidente do MINOM

William López – Coordenador do Mestrado em Museologia e Gestão do Patrimônio, Universidade Nacional da Colômbia

Edmon Castell – Professor do Instituto de Pesquisas Estéticas, Universidade Nacional da Colômbia

Amada Pérez – Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Javeriana

Pedro Leite – Membro do MINOM e professor da ULHT – Lisboa, Portugal

Vladimir Sibylla – Professor da Unirio

Marcelle Pereira – Vice-presidente do MINOM e professora da Unir

Gabriela Aidar – Coordenadora do Programa Educativo da Pinacoteca de São Paulo, São Paulo, Brasil

Juliana Campuzano – Museóloga do Museu Comunitário de San Jacinto e doutoranda em Museologia Social da ULTH, Lisboa, Portugal

Comitê assessor

Martha Combariza

Camilo de Mello Vasconcellos

Nydia Gutiérrez

Soraya Bayuelo

Ana Maria Sánchez

Ricardo Barragán

Compilação

David Felipe Suárez Mira

Tradução para o português

Vladimir Sibylla Pires